



Enquadramento Noticioso: Uma análise da seleção de fontes na cobertura midiática do primeiro ano do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff nas revistas Veja e IstoÉ¹

**JERONYMO², Raquel de Souza, bacharel em Jornalismo, UFMS
SILVA³, Marcos Paulo da., professor doutor em Jornalismo, UFMS**

Resumo

O artigo é um recorte de um trabalho de conclusão de curso no formato monográfico cujo objetivo foi desenvolver uma análise de enquadramento noticioso da cobertura que duas das revistas brasileiras de maior tiragem, Veja e IstoÉ, fizeram de 2015 com relação ao governo da presidente reeleita Dilma Rousseff (PT), adotando-se como recorte empírico os meses de janeiro e dezembro. Por meio da análise de uma série de fatores, mas neste artigo especificamente da seleção de fontes, é possível examinar o papel da mídia na construção de representações sociais e sua contribuição como formadora de opinião em diversas áreas. As análises quantitativa e qualitativa visam demonstrar como as escolhas editoriais interferem no conteúdo noticioso e problematizam alguns dos princípios editoriais que regem os veículos escolhidos. De modo geral, é possível afirmar que tanto a Veja como a IstoÉ transmitem por meio de suas escolhas um enquadramento noticioso negativo em relação à presidente Dilma Rousseff, ao seu antecessor, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Partido dos Trabalhadores. Essa tendência não se manifesta somente nos recursos identificados nas matérias analisadas, mas também nas opiniões enfatizadas nos editoriais e nas entrevistas de destaque de cada edição.

Palavras-chave: História do Jornalismo; Comunicação; Enquadramento Noticioso; Seleção de Fontes.

Introdução

Este artigo é um recorte de um trabalho de conclusão de curso no formato monográfico desenvolvido durante o ano de 2015, que visou o desenvolvimento de uma análise de enquadramento noticioso (GITLIN, 2003; PORTO, 2002) da cobertura que duas das revistas brasileiras de maior tiragem – Veja e IstoÉ – com tiragem média somada de 1 milhão e 400 mil exemplares, segundo dados da ANER (Associação

¹ Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo no 3º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia, realizado nos dias 23 e 24 de junho de 2016 em Campo Grande - MS.

² Jornalista graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: raquels.jeronymo@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo e do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com estágio de doutorado-sanduiche pela Syracuse University (New York, Estados Unidos). E-mail: marcos.paulo@ufms.br.



Nacional de Editores de Revistas), fizeram de 2015 com relação ao governo da presidente reeleita Dilma Rousseff (PT). O ano de 2015, primeiro do segundo mandato presidencial, foi marcado por grande instabilidade política e econômica no Brasil, que culminou recentemente no afastamento temporário da presidente enquanto o Senado julga o processo de impeachment instaurado contra ela.

Para desenvolver este estudo foram tomados como recorte empírico os exemplares do primeiro e do último mês de 2015 de cada revista. O corpus leva em consideração a ampla relevância que o assunto teve em ambos os veículos, que dedicaram mais de 50% de suas capas ao longo do ano para tratar de assuntos relacionados diretamente ou indiretamente à presidente. Como forma de viabilizar o estudo de enquadramento noticioso, foram considerados alguns pressupostos e concepções já sedimentados no campo das Ciências Humanas e Sociais, particularmente nas pesquisas em Comunicação, tal como a superação dos paradigmas da objetividade e da imparcialidade jornalísticas (GITLIN, 2003; PORTO, 2002; GANS, 2004; TRAQUINA, 2008; SCHUDSON, 2010), conceitos ainda disseminados numa perspectiva normativa e num discurso de autolegitimação da prática jornalística.

De outro lado, a pesquisa buscou compreender os mecanismos – práticos e simbólicos – que podem ocultar a difusão de tais concepções. Nesta lista, pode-se incluir as principais escolhas editoriais que são tomadas no momento da produção jornalística. Para este artigo será analisada a seleção de fontes adotada pelas duas revistas que foram objeto da análise, com a finalidade de entender eventuais motivações para as escolhas e a construção dos enquadramentos noticiosos utilizados.

Seleção de fontes

Os relatos mais tradicionais traçados pelos jornalistas, ou seja, as notícias, independentemente de qual seja o veículo ou a plataforma midiática, dependem essencialmente de fontes de informação. Conforme explica Sigal (1974, p. 187; tradução nossa), devido a limitações físicas, econômicas e de mão-de-obra, os jornalistas testemunham pouquíssimos eventos em primeira mão; ou seja, “na coleta de



informações, eles devem depender das fontes de notícias”. Segundo o pesquisador norte-americano, "para o repórter, em suma, a maioria das notícias são não o que aconteceu, mas o que alguém diz que aconteceu, tornando a escolha de fontes crucial" (SIGAL, 1974, p. 69, tradução nossa).

Ainda de acordo com Sigal (1974, p. 69, tradução nossa), mesmo quando observam um evento diretamente, os repórteres relutam em “oferecer suas próprias interpretações publicamente, preferindo confiar em suas fontes de notícias”. Isso acontece devido ao modus operandi que rege o jornalismo ocidental desde o começo do século XX, modelo que insere – por razões que ainda serão mais profundamente estudadas a frente – as concepções de “objetividade” e de “imparcialidade” como estandartes nas redações, ocultando as opiniões e interpretações das notícias pelos repórteres, ou pelo menos tornando-as subjetivas. Desse modo, “qualquer material interpretativo que aparece nas colunas de notícias deve ser atribuído a uma fonte de notícias" (SIGAL, 1974, p. 66, tradução nossa). Ainda assim, “(os repórteres) podem esconder interpretações em suas histórias selecionando cuidadosamente declarações de fontes das notícias e citando-as verbalmente ou parafraseando-as” (SIGAL, 1974, p. 67, tradução nossa).

Entretanto, nem as fontes e nem os repórteres exercem papéis neutros no processo de produção da notícia. Seja por limitações técnicas ou por convenções já cristalizadas no ambiente jornalístico, “os jornais são organizados para escolher algumas fontes e não outras” (SIGAL, 1974, p. 187, tradução nossa). Em *Reporters and Officials*, ao analisar o conteúdo de dois dos principais jornais norte-americanos, o *The New York Times* e o *The Washington Post*, Leon Sigal (1974) desenvolve um extensivo e detalhado estudo sobre a seleção de fontes e de canais de comunicação no contexto dos Estados Unidos. Ao fazê-lo, o autor identifica e classifica os principais canais e fontes que estavam por trás das notícias analisadas.

Os canais, “caminhos pelos quais informações atingem o repórter, são classificados em três categorias: de rotina, informais e corporativos” (SIGAL, 1974, p. 120, tradução nossa). Na primeira categoria estão inclusos procedimentos oficiais,



comunicados e conferências de imprensa, palestras, cerimônias, entre outros eventos não-espontâneos. Já os “canais informais” incluem, por exemplo, vazamentos, processos não-governamentais, reuniões de associações ou convenções sindicais. Finalmente, os “canais corporativos”, são as entrevistas realizadas por iniciativa do repórter, eventos que o repórter testemunha em primeira mão, como incêndios, tumultos e catástrofes naturais, e as conclusões ou análises do próprio jornalista tomadas nesse processo (SIGAL, 1974).

Já as fontes, que na definição do autor são caracterizadas como “indivíduos ou organizações que passam informações através de um determinado canal” (SIGAL, 1974, p. 121, tradução nossa), são classificados em cinco categorias: as fontes oficiais do governo dos EUA; as fontes oficiais de governos estrangeiros; as fontes oficiais de governos estaduais e locais nos Estados Unidos; estrangeiros que não trabalham para nenhum governo; e cidadãos particulares (SIGAL, 1974). No contexto estudado, Leon Sigal identifica a predominância de fontes oficiais – especialmente do governo americano – até mesmo nas notícias que tratam de outros países.

A aderência a essas fontes recorrentes, caracterizadas por Sigal (1974, p. 130, tradução nossa) como “canais de rotina”, permite que os jornalistas “lidem com o mundo incerto do jornalismo”. Nas palavras do autor:

Jornalistas se aglomeram ao redor destes canais, cada um reunindo muitas das mesmas informações que seus colegas. Incerteza adora companhia: a semelhança das suas histórias fornece alguma garantia de que jornalistas compreendem o que está acontecendo em seu mundo. Para homens que não sabem e não podem saber quais são as notícias "reais", as rotinas de newsgathering produzem "notícias certificadas" – informações que parecem válidas na medida em que são de conhecimento comum entre jornalistas e suas fontes." (SIGAL, 1974, p. 130, tradução nossa)

Entretanto, da mesma forma que a escolha das fontes segue uma série de critérios estabelecidas pelos jornalistas ou pelos jornais nos quais trabalham, as fontes também têm motivações próprias ao selecionar as informações que compartilham com os jornalistas. Conforme define Sigal (1974, p. 181; tradução nossa), “as mesmas rotinas e convenções que jornalistas usam para lidar com a incerteza, porém, são



exploradas pelas suas fontes para inserir informações em notícias ou para propagandear”. O sociólogo Herbert Gans utiliza a metáfora da dança para explicar essa relação:

A relação entre fontes e jornalistas se assemelha a uma dança, pois fontes buscam acesso aos jornalistas, e jornalistas buscam acesso às fontes. Embora sejam precisos dois para dançar tango, fontes ou jornalistas podem conduzir, mas mais frequentemente são as fontes que conduzem. Com pessoal e tempo em falta, jornalistas procuram ativamente apenas um pequeno número de fontes regulares, que têm sido disponíveis e apropriadas no passado, e são passivos em relação a outras fontes de notícias possíveis. (GANS, 2004, p. 116, tradução nossa)

Outra metáfora não tão elegante utilizada por Gans para explicar a relação entre jornalistas e fontes é o cabo de guerra, onde fontes tentam colocar a melhor luz sobre si mesmas, e jornalistas tentam extrair das fontes as informações que eles querem (GANS, 2004, p. 117). As fontes muitas vezes não são inocentes quanto à influência que exercem, e "se veem como pessoas com a oportunidade de fornecer informações para promover seus interesses, para divulgar suas ideias, ou em alguns casos, apenas para colocar seus nomes e rostos nas notícias" (GANS, 2004, p. 117, tradução nossa).

Para explicar as fontes noticiosas, o autor Lawrence Soley utiliza uma abordagem semelhante à utilizada por Sigal, que foca a análise nos indivíduos que são entrevistados pelos meios de comunicação, ao invés de tentar interpretar o que esses indivíduos disseram (SOLEY, 1992, p.11). Soley divide as fontes de notícia em duas classificações, os “news makers”, que participam ativamente dos eventos noticiosos (criminosos e vítimas, funcionários do governo, líderes militares, terroristas e seus reféns, dentre outros) e os “news shapers”, que são procurados pela mídia na busca por “informações privilegiadas, planos de fundo ou previsões sobre o resultado das histórias que ainda estão em desdobramento” (SOLEY, 1992, p. 2, tradução nossa).

Soley atenta para o fato de que, apesar de serem apresentados como analistas imparciais, através de classificações gerais como “cientistas políticos”, “especialistas” ou “estudiosos”, os “news shapers” muitas vezes são ex-funcionários do governo e até mesmo antigos políticos, e "não há nenhuma razão para acreditar que eles



são imparciais e objetivos, apesar de serem apresentados como tais" (SOLEY, 1992, p. 19, tradução nossa).

Análise descritiva do material analisado

Para o desenvolvimento da análise de enquadramento proposta, o corpus escolhido baseou-se em duas das revistas de maior circulação no Brasil, a *Veja*, do Grupo Abril, e a *IstoÉ*, da Editora Três, que juntas possuem tiragem média de 1 milhão e 400 mil exemplares segundo dados da ANER (Associação Nacional de Editores de Revistas). Levou-se em consideração para a escolha das revistas em questão, além da tiragem, o fato de serem as mais antigas dentre os três periódicos com maior circulação média (*Veja*, *Época* e *IstoÉ*).

Por opção metodológica, adotou-se como recorte empírico os exemplares do primeiro e do último mês de 2015 de cada revista, de maneira a analisar os enquadramentos realizados pelos periódicos no início e no final do primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff. O corpus levou em consideração a ampla relevância que o assunto teve em ambos os veículos, que dedicaram grande parte de suas capas para tratar de assuntos associados diretamente ou indiretamente à presidente, como denúncias relacionadas ao Partido dos Trabalhadores e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu antecessor e aliado político. Em números, a *Veja* mencionou ou retratou a presidente Dilma em 17 de suas 52 capas ao longo do ano, mas o total sobe para 27 se levadas em conta também as capas relacionadas a Lula e ao PT, o que representa 52% do total de edições. No caso da *IstoÉ*, são 20 capas para Dilma e mais 10 para Lula e o PT, totalizando 60% do total de revistas em 2015.

Ao todo foram 16 revistas analisadas, somadas edições dos dois veículos midiáticos escolhidos. Da *Veja* foram estudados nove exemplares, quatro do mês de janeiro e cinco do mês de dezembro, e da *IstoÉ* sete exemplares, três de janeiro e quatro de dezembro. A *IstoÉ* conta com um número menor de exemplares, pois não houve circulação da revista nas semanas dos dias 07 de janeiro e 30 de dezembro de 2015. Analisou-se uma matéria de cada edição, adotando-se como critérios de seleção os



parâmetros de proeminência – da temática Dilma Rousseff no conjunto de matérias sobre o tema – e relevância – do assunto no contexto geral de matérias da edição. São marcadores relevantes o fato de a matéria figurar ou não na capa da revista, a quantidade de páginas que ela ocupa na edição e a quantidade de vezes que Dilma Rousseff é mencionada ou retratada na matéria.

Análise de fontes e canais de informação

A primeira parte da análise das fontes utilizadas nas matérias examinadas baseia-se no conceito de canais de informação traçado pelo autor Leon Sigal (1974), que classifica esses canais em três categorias: de rotina, informais e corporativos. Por opção metodológica, embora não constem na formulação original de Sigal (1974), as declarações obtidas pelas revistas via redes sociais na Internet e em matérias publicadas por outros veículos de imprensa foram classificadas como pertencentes ao “canal informal”. A última categoria, denominada aqui como canal “não identificado” é uma tradução livre da expressão “not as certainable” utilizada por Sigal (1974) e se refere a situações em que não é possível determinar com base no conteúdo do texto noticioso qual foi o canal utilizado para a obtenção da informação analisada. Para esta análise não foram eliminadas fontes mencionadas mais de uma vez, pois a mesma fonte pode ter sido alcançada por meio de canais de informação diferentes. Todavia, em termos analíticos, considera-se uma ocorrência de cada fonte em cada matéria.

Outra categoria de análise das fontes noticiosas utilizadas baseia-se nos conceitos traçados por autores como Lage (2005) e Soley (1992). Para Lage (2005, p. 65-66), as fontes primárias “são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números”. Já as fontes secundárias “são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais”, ou seja, não participam diretamente do fato, mas são consultadas para contextualiza-lo, interpreta-lo, comenta-lo.

O autor norte-americano Lawrence Soley (1992, p.2, tradução nossa), adota outra nomenclatura, definindo fontes primárias e secundárias, respectivamente, como



“news makers” e “news shapers”. Para esta análise, as fontes foram divididas também em fontes diretas e indiretas, a saber: aquelas cujas declarações são citadas entre aspas, de maneira direta, e aquelas apenas mencionadas na matéria ou cujas falas são utilizadas de maneira indireta, ou seja, são referenciadas como paráfrases pelo autor da matéria mas seu conteúdo original não figura no texto. Para esta análise cada fonte somente será contabilizada uma vez, mesmo que apareça novamente em outras matérias.

Análise fontes revista IstoÉ

No caso da revista IstoÉ, os canais regulares mais utilizados foram o corporativo e o de rotina, com 30% e 22% das 62 fontes respectivamente, mas os casos nos quais não é possível identificar o canal empregado se igualam à porcentagem do canal corporativo. O canal de rotina foi utilizado majoritariamente para fontes oficiais, como políticos e instituições de pesquisa, levando-se em consideração a identificação de que as declarações utilizadas nas matérias foram retiradas de coletivas de imprensa, eventos oficiais ou notas e relatórios elaborados para os veículos de comunicação. A distribuição entre fontes primárias e secundárias foi bem equilibrada, com aproximadamente 54% de fontes primárias e 46% de fontes secundárias.

Tabela 1 – Canais de informação das matérias analisadas da revista IstoÉ

| | | |
|-------------------------|-----------|--------------|
| Rotina | 14 | 22,5% |
| Informal | 10 | 16,1% |
| Corporativo | 19 | 30,6% |
| Não identificado | 19 | 30,6% |
| Total | 62 | 100% |

Fonte: Tabela desenvolvida pela autora a partir da análise das edições de janeiro e dezembro de 2015 da revista *IstoÉ*, baseada no modelo elaborado por Sigal (1974).



O canal corporativo foi utilizado em 95% das ocasiões para apresentar fontes secundárias, sendo 28% destas ocorrências advindas de livros e outras plataformas consultadas. Os outros 72% representam os chamados “news shapers”, “especialistas” consultados para analisar, embasar e comentar informações da matéria. O canal informal foi utilizado para apresentar citações diretas e indiretas extraídas de redes sociais, vazamentos de informações ou dados oriundos de outros veículos midiáticos. Em 70% das dez ocorrências, a revista IstoÉ usou fontes entrevistadas por outras empresas jornalísticas, bem como em 71% dessas sete ocasiões não referenciou a fonte das declarações, checadas para essa pesquisa por meio de mecanismos de busca.

É o caso da seguinte frase do ex-ministro do STF Carlos Velloso, retirada da matéria “A guerra de poderes chega ao auge”, da edição nº 2403, de 23 de dezembro de 2015: “Na Constituição não está escrito que o Senado pode rever a admissibilidade. Essa é uma atribuição da Câmara”. Sem qualquer menção, a alegação foi retirada integralmente da matéria “Ministros que conduziram caso Collor divergem sobre rito do afastamento”, publicada no site da Folha de S. Paulo, no dia 15 de dezembro de 2015. O mesmo ocorreu com a citação: “Estava na cara que iria dar errado. É muita operação tabajara junta. É muita incompetência”, da senadora Marta Suplicy (PMDB), publicada na edição 2402, do dia 16 de dezembro de 2015, dentro da matéria “Que país teremos?”. Ela foi adaptada de duas citações (“Estava na cara, não tinha como dar certo”; e “É muita operação tabajara junta. É muita incompetência”) extraídas de uma entrevista concedida por Marta ao Correio Braziliense e publicada no site do jornal no dia 11 de outubro de 2015.

De um ponto de vista argumentativo, a utilização recorrente de fontes advindas de canais não identificados, principalmente quando se tratam de nomes importantes – a exemplo do ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e até mesmo da própria presidente Dilma Rousseff –, resulta em lacunas na medida em que descredibiliza as informações obtidas por meio de declarações desses personagens. Outra prática que coloca em xeque a credibilidade dos argumentos da matéria é a utilização de fontes não identificadas, tais como



“assessores próximos a Dilma” e “um dos conselheiros da presidente”, mencionados indireta e até diretamente na matéria “Eles disseram não para Dilma”, da edição nº 2355, de 21 de janeiro de 2015.

Apesar de a divisão entre fontes primárias e secundárias apresentar equilíbrio, com a identificação de 29 fontes primárias e 33 fontes secundárias, uma análise das 93 ocorrências mostra uma diferença importante entre as duas categorias. Adotando-se como parâmetro as 45 ocorrências de fontes primárias nas revistas analisadas, em 38% dos casos as citações são diretas e em 62% são indiretas. Já no caso das fontes secundárias a situação se inverte, com 61% dos casos em citações diretas e 39% em citações indiretas. Mesmo que o número de ocorrências seja praticamente o mesmo para cada uma das categorias, a desigualdade apresentada entre citações diretas e indiretas desequilibra consideravelmente o quadro na medida em que – numa ótica argumentativa – a representação direta da fala possui um peso simbólico de veracidade maior do que sua menção indireta, pois esta última redundava num risco maior de edições e distorções – voluntárias ou não – do jornalista que redige a matéria.

Das fontes secundárias utilizadas (excluindo-se as que não foram identificadas, bem como as que foram fruto do aprofundamento da pesquisa jornalística, a exemplo de citações de livros por exemplo, e as que não estão identificadas como pessoas físicas), faz-se pertinente uma análise do perfil dos indivíduos ouvidos pela revista. Das 20 fontes restantes, oito exerciam cargos políticos eletivos, como deputados ou senadores, quando foram mencionadas. Destas, quatro pertenciam ao PSDB, principal partido de oposição ao governo de Dilma Rousseff, com destaque para o senador e presidente do partido Aécio Neves, que foi candidato nas eleições de 2014 à presidência da república e acabou derrotado por Dilma no segundo turno.

Do restante, um deputado pertence ao partido Rede, que se classifica como oposição independente, e um ao Partido Progressista, que apesar de ser da base aliada do governo, faz oposição ao PT em estados como o Rio Grande do Sul. O deputado Lúcio Vieira Lima, apesar de sua filiação ao PMDB-BA, partido aliado do governo,



participou de manifestações que pediam a saída de Dilma Rousseff em agosto de 2015, e chegou a dar declarações públicas criticando o governo ao site baiano Metro1. Por fim, Marta Suplicy, também pertencente ao PMDB, foi filiada ao Partido dos Trabalhadores – partido da presidente Dilma – por 33 anos, e em 2015 deixou o PT por divergências políticas.

Assim, numa generalização que leva em conta tais particularidades, pode-se dizer que todos os políticos mencionados pela IstoÉ se posicionam de alguma forma como oposição ao governo de Dilma. Nenhum político do partido da presidente, o PT, foi ouvido pela revista, e a menção indireta ao presidente do partido, Rui Falcão, na matéria “A pior travessia”, da edição nº 2401, refere-se apenas a uma nota oficial. Dentre as fontes secundárias sem cargos políticos, vale destacar a presença do jurista Miguel Reale Jr., um dos signatários do pedido de impeachment de Dilma Rousseff, e de Kim Kataguirí, coordenador do MBL (Movimento Brasil Livre), uma das entidades responsáveis por organizar protestos em todo o país por meio das redes sociais na Internet, com reivindicações de impeachment e acusações diretas ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Partido dos Trabalhadores. Esses dados respaldam a conclusão de Lawrence Soley (1992) de que, apesar de os “news shapers” serem muitas vezes apresentados como analistas isentos, “não há nenhuma razão para acreditar que eles são imparciais e objetivos” (SOLEY, 1992, p. 19, tradução nossa).

Análise de fontes da revista Veja

Baseando-se nas análises das nove edições selecionadas da revista Veja, os canais regulares mais utilizados foram o de rotina, com aproximadamente 42% das 72 fontes, e o corporativo, com 21%. Assim como no caso da revista IstoÉ, ocorrências nas quais o canal de informação não pôde ser identificado representam grande parcela do total das fontes, neste caso 30%. As fontes oficiais (políticos pertencentes à esfera nacional ou regional, autoridades e órgãos ligados ao governo, dentre outros) novamente foram as mais acessadas por meio do canal de rotina, via coletivas de imprensa, eventos oficiais e notas e relatórios enviadas para a imprensa ou divulgadas



de maneira pública. A distribuição entre fontes primárias e secundárias prioriza o primeiro grupo, com 63%, contra 37% dos chamados “news shapers” (SOLEY, 1992).

Tabela 2 – Canais de informação das matérias analisadas da revista *Veja*

| | | |
|-------------------------|-----------|--------------|
| Rotina | 28 | 38,8% |
| Informal | 3 | 4,1% |
| Corporativo | 19 | 26,3% |
| Não identificado | 22 | 30,5% |
| Total | 72 | 100% |

Fonte: Tabela desenvolvida pela autora a partir da análise das edições de janeiro e dezembro de 2015 da revista *Veja*, baseada no modelo elaborado por Sigal (1974).

O canal corporativo foi utilizado em 87% das vezes para dar voz a fontes secundárias. Identifica-se que 30% dessas ocorrências foram extraídas de livros e outros suportes e as outras 70% recaem sobre indivíduos que foram ouvidos diretamente pela *Veja*. A revista aparentemente não tem como prática a postura identificada na *IstoÉ* de utilizar fontes de “segunda mão” – cujas declarações foram concedidas anteriormente a outro veículo de comunicação –, utilizando o canal informal em apenas 4% dos casos.

No entanto a utilização excessiva de fontes cujo canal de procedência não é explicitado na matéria, bem como de fontes não identificadas, que representam cerca de 12% do total, entra em choque, numa perspectiva normativa (ideal), com o modelo denominado *quality paper* (jornalismo de qualidade). Alguns exemplos de fontes não identificadas utilizadas nas matérias analisadas são: “facções petistas”; “colaborador próximo ao parlamentar”; e “antigo auxiliar de Dilma”, mencionadas indireta e diretamente, respectivamente, nas matérias “Mandato novo, problemas velhos”, “A testemunha” e “Impeachment não é guerra”, das edições nº 2407, 2454 e 2455.

Em comparação com a *IstoÉ*, a divisão entre fontes primárias e secundárias da *Veja* apresenta desequilíbrio, com 45 fontes primárias e 27 fontes secundárias. No



entanto, a análise das 119 ocorrências leva a um resultado bem semelhante ao da outra publicação analisada. Entre as 77 declarações de fontes primárias analisadas, em 66% dos casos elas foram citadas de maneira indireta e em 34% de maneira direta. No caso das fontes secundárias, são 69% de ocorrências em citações diretas e 31% em citações indiretas.

Para análise das fontes secundárias utilizadas, novamente optou-se por excluir as que não foram identificadas, as que foram fruto do aprofundamento da pesquisa jornalística (em livros e relatórios, por exemplo) e as que não estão identificadas como pessoas físicas. Das 12 fontes restantes, apenas duas delas são relacionadas diretamente à política: o senador e presidente do PSDB, Aécio Neves, candidato derrotado por Dilma Rousseff no segundo turno das eleições para a Presidência da República de 2014; e Marina Silva, fundadora do partido Rede Sustentabilidade, que também foi candidata nas eleições de 2014.

No entanto, mesmo fontes sem cargos políticos e apresentadas muitas vezes como “analistas imparciais” não devem ser vistas como isentas e objetivas, como afirma Soley (1992). Sergio Vale, por exemplo, mencionado pela revista Veja apenas como “economista-chefe da consultoria MB Associados”, utilizado como fonte secundária em duas matérias – “As promessas e a realidade”, edição nº 2409, de 21 de janeiro de 2015; e “De volta ao passado”, edição nº 2456, de 16 de dezembro de 2015 – afirmou de modo otimista em entrevista concedida ao site InfoMoney, no dia 01 de março de 2015, que vê 70% de chances de saída de Dilma. Já o cientista político Rubens Figueiredo publicou um artigo em parceria com Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil por dois mandatos e filiado ao PSDB, partido que faz oposição a Dilma Rousseff.

Em seu estudo sobre os “news shapers” no contexto do jornalismo dos Estados Unidos, Soley (1992) conclui que o grupo de especialistas consultados pelos jornalistas é muito pequeno, sendo constituído de aproximadamente 90 indivíduos em todo o território norte-americano. Esse pressuposto respalda em certa medida os resultados obtidos pela presente análise. Por meio de buscas em mecanismos de



pesquisa na Internet, identificou-se que dos doze “especialistas” elencados tanto nas matérias da *Veja* como da *IstoÉ*, onze deles puderam ser encontrados com facilidade no mesmo período como fontes em matérias de pelo menos cinco outros veículos de mídia. Uma dessas fontes secundárias, um “economista sênior” do grupo financeiro Goldman Sachs, é o único mencionado tanto em matéria da *IstoÉ* – “Que país teremos?”, edição nº 2402, de 16 de dezembro de 2015 – quanto da *Veja* – “O preço do descrédito”, edição nº 2458, de 30 de dezembro de 2015.

Considerações finais

Definindo o conceito de enquadramento noticioso, que fundamenta essa análise, como “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelos quais manipuladores de símbolos rotineiramente organizam discursos” (GITLIN, 2003, p. 7, tradução nossa), entende-se que os enquadramentos são inerentes ao processo de produção das notícias. Desse modo, considerando que uma revista semanal possui um número determinado de páginas impressas, inevitavelmente passa-se por processos de seleção para definir o que será ou não publicado e de que maneira o conteúdo será apresentado.

Um dos fatores determinantes nesse processo é a escolha das fontes ouvidas pelos jornalistas, visto que são as fontes que fundamentam os pontos de vista traçados nas matérias analisadas, ainda que suas falas sejam passíveis de edições e alterações pelos repórteres e editores. Dentre a multiplicidade de opções disponíveis, no entanto, “os veículos são organizados para escolher algumas fontes e não outras” (SIGAL, 1974, p. 187, tradução nossa) – o que é ratificado pela análise. Além disso, as próprias fontes não podem ser vistas como “imparciais”, uma vez que elas em sua maioria são cientes de seu papel e “se veem como pessoas com a oportunidade de fornecer informações para promover seus interesses, para divulgar suas ideias” (GANS, 2004, p. 117).

Além das fontes propriamente ditas, é importante se atentar para os “canais de comunicação” ou “caminhos pelos quais informações atingem o repórter”, segundo conceito traçado por Leon Sigal (1974). Ainda que a fonte seja a mesma, importa



diferenciar se a informação foi obtida através de coletivas de imprensa, vazamentos de informação ou se foi fruto do trabalho de pesquisa e apuração do repórter.

Quanto à escolha das fontes, os resultados encontrados, além de todos os dados pormenorizados na análise, respaldam as conclusões oriundas dos estudos de Lawrence Soley (1992) sobre a constituição de um padrão hegemônico das fontes no jornalismo norte-americano. De todas as fontes presentes nas dezesseis matérias selecionadas, apenas 10% eram mulheres, 6% eram negros e menos de 2% representavam grupos sindicais ou associações de trabalhadores. A própria presidente Dilma Rousseff, principal personagem da análise desenvolvida, não foi ouvida diretamente pelos jornalistas em nenhuma ocorrência, sendo suas falas resumidas a trechos de comunicados oficiais, entrevistas coletivas ou até mesmo sem ter a procedência identificada. O uso de fontes não identificadas ou cujos canais de comunicação não ficam explícitos na matéria, também foram práticas recorrentes em ambas as revistas.

Levando-se em conta todas as características apresentadas, conclui-se que os dois veículos, apesar de considerados concorrentes no segmento das revistas semanais, utilizam um enquadramento bem semelhante na elaboração de seus produtos. De modo geral, é possível afirmar que tanto a *Veja* como a *IstoÉ* transmitem por meio de suas escolhas editoriais já pormenorizadas um enquadramento noticioso negativo em relação à presidente Dilma Rousseff, ao seu antecessor, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Partido dos Trabalhadores.

Referências Bibliográficas

ANER. **Circulação Revistas Semanais - 2013 x 2014 (Jan a Set)**. Disponível em: <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>>. Acesso em 01.mar.2016.

GANS, Herbert J. **Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time**. Illinois: Northwestern University Press, 2004. 393 p.



GITLIN, Todd. **The Whole World Is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left.** California: University of California Press, 2003. 327 p.

JERONYMO, Raquel de Souza. **Enquadramento Noticioso: Uma análise da cobertura midiática do primeiro ano do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff nas revistas Veja e IstoÉ.** 2015. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

LAGE, Nilson. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2005. 189 p.

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da Mídia e Política.** In: Anais do ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, XXVI., 2002, Caxambu (MG), 25 p.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a Notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2010. 239 p.

SIGAL, Leon V. **Reporters and Officials: The Organization and Politics of Newsmaking.** 2 ed. Estados Unidos: D.C. Heath and Company, 1974. 221 p.

SOARES, Murilo César. **Representações, Jornalismo e a Esfera Pública Democrática.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 274 p.

SOLEY, Lawrence C. **The News Shapers: The Sources Who Explain the News.** New York, Westport, London: Praeger Publishers, 1992. 192 p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional,** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.